

ESCRITÓRIO HABITAR: DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS TÉCNICOS PARA HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL ATRAVÉS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ana Lúcia Alencar Vasconcelos – analidia0429@gmail.com
Ana Verônica Gonçalves Borges – ana.borges@ufca.edu.br
Edenia Nascimento Barros – edenia.barros@ufca.edu.br
Engels Zalmom de Carvalho Lacerda – zalmomufca@gmail.com
Erwin Ulises Lopez Palechor – erwin.lopez@ufca.edu.br
Marcelo de Sousa Alves – marcelo_sousa_alves@hotmail.com
Simon Sabino Jacó do Nascimento – simon.sabino@aluno.ufca.edu.br
Universidade Federal do Cariri – UFCA
Av. Tenente Raimundo Rocha nº1639
Bairro Cidade Universitária - Bloco F – sala 103
CEP: 63048-080 – Juazeiro do Norte – Ceará

Resumo: O presente artigo trata do programa de extensão Escritório Habitar, vinculado a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX da Universidade Federal do Cariri - UFCA, que atua no desenvolvimento e execução de projetos técnicos em engenharia destinado à população em condições de vulnerabilidade socioeconômica na região do cariri cearense. A finalidade é colaborar com o acesso a moradia para essas famílias que são vítimas do déficit habitacional, que possivelmente optariam pela autoconstrução das suas residências. O déficit de moradia no Brasil vem crescendo no decorrer dos últimos anos com números alarmantes, o que colabora com surgimento e agravamento das autoconstruções, que são instrumentos empíricos criados pela própria população no desejo de adquirirem informalmente a construção de suas moradias, sendo essa prática construtiva um mecanismo perigoso, já que a execução das residências não são realizadas de acordo com as normas técnicas e sem planejamento e acompanhamento de profissionais capacitados da construção civil. Os procedimentos adotados foram subsidiados por métodos de natureza descritiva e qualitativa-documental. Pode-se constatar que o Escritório Habitar levou aos seus beneficiários a oportunidade de construir de forma segura e econômica, subsidiando as famílias atendidas por meio de uma orientação técnica na fase de planejamento da construção das suas moradias, priorizando o bem-estar dessas famílias. Além disso, contribuiu com o enriquecimento acadêmico dos estudantes que atuam na ação, através da autoaprendizagem e maior domínio dos softwares utilizados em projetos construtivos, colaborando com o desenvolvimento de experiência do cotidiano da futura profissão.

Palavras-chave: extensão universitária; habitação; autoconstrução; autoaprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, milhões de famílias estão excluídas do acesso a moradia digna. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2015), o déficit habitacional estimado corresponde a 6,355 milhões de domicílios dos quais 5,572 milhões, ou 87,7%, estão localizados nas áreas urbanas e 783 mil

unidades encontram-se na área rural. Em relação ao estoque de domicílios particulares permanentes e improvisados do país, o déficit habitacional corresponde a 9,3%. Esse somatório reflete tanto a necessidade de novas moradias quanto a necessidade de readequação de moradias precárias e degradadas. No estado do Ceará, a questão habitacional é reflexo da realidade brasileira, se caracterizando pela existência de déficit habitacional em níveis expressivo.

Os dados acima nos mostram que o Brasil é um país que está bem longe de atingir o direito de moradia digna e segura, que é um dos direitos humanos garantidos pela legislação internacional e também pela Constituição brasileira. Seu reconhecimento se deu em 1948 através da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), como parte integrante de um padrão de vida adequado. Em 1966, através do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU, 1966), tornou-se um direito humano universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo como fundamental para a vida. Na Constituição brasileira, este direito está reconhecido no seu artigo 6º, juntamente com a saúde, a educação e a justiça.

Uma das grandes causas desse déficit habitacional assustador no nosso país é a urbanização tardia e desordenada. Em concordância com Santos (2009), citado por Monteiro (2017), a urbanização brasileira iniciou-se no século XVIII, no entanto, somente no século XX e principalmente a partir da década de 40, que a urbanização ocorre de forma intensa, resultando em amplas mudanças na morfologia e expansão das cidades e na distribuição da população pelo território nacional.

Para Monteiro (2017), o Brasil passa a ser rapidamente um país predominantemente urbano, que se urbaniza cada vez mais e em grande velocidade. Este fato tem acarretado sérios problemas no desenvolvimento de diversas regiões e vem impactando de maneira direta na estrutura da moradia dos brasileiros. Alinhado a isto, as questões econômicas e políticas vivenciadas nos últimos anos corroboram de maneira direta com o agravamento da situação de vulnerabilidade da população mais carente, o que reflete na atual problemática habitacional.

Uma das alternativas encontradas para o combate ao déficit habitacional foram os programas habitacionais promovidos pelo governo. Contudo, com o decorrer do tempo o déficit habitacional vem crescendo, o que nos mostra que apenas esses programas impulsionados pelo governo não está sendo o suficiente. Conforme a Fundação João Pinheiro (2016), em 2013 o déficit habitacional estimado corresponde a 5,846 milhões de domicílios, já em 2014, observa-se um aumento do número de domicílios de déficit habitacional, perfazendo um total de 6,068 milhões de unidades. Como também já citamos, esta mesma fundação divulgou uma carência de 6,355 milhões de habitações para o ano de 2015.

Outra forma de tentar amenizar essa deficiência habitacional foi a criação da Lei Federal nº 11.888/08 que visa assegurar assistência técnica pública e gratuita para projeto, construção e/ou reforma de habitações para famílias com renda inferior a três salários mínimos. Deste modo, não somente órgãos públicos especializados, como também programas de Extensão Universitária, através de escritórios-modelos ou escritórios-públicos, podem e devem atuar na prestação deste serviço. Ainda de acordo com a legislação do país, o artigo 207 presente na constituição da república, determina que as universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma tríade que segundo Hennington (2005), envolve a justiça social, solidariedade e cidadania.

Neste aspecto, torna-se possível à Universidade intervir junto à comunidade, utilizando-se dos conhecimentos desenvolvidos por ela, de modo a corroborar de maneira efetiva com políticas públicas que visam minimizar os riscos e a precariedade na concepção de projetos habitacionais de interesse social no país e, assim, contribuir com uma diminuição do déficit habitacional, bem como, o combate da autoconstrução que é uma preocupante ferramenta popular.

A análise do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013) mostra que 70% da população nordestina (arranjos familiares residentes em domicílios particulares) possui

rendimento mensal familiar de até um salário mínimo. Como o orçamento muitas vezes dita as regras, essa faixa da população é levada a construir, reformar e fazer manutenção com sua própria mão-de-obra, muitas vezes desqualificada, que procede sem a devida orientação por profissionais da construção civil e de segurança. De acordo com Vidal (2008), esta constitui a principal causa para o baixo desempenho em grande parte das moradias autoconstruídas.

Essa prática, muito comum em famílias que anseiam pela própria moradia, caracteriza-se muitas vezes pelo mau emprego dos materiais de construção, desperdício, e conseqüente aumento do custo, que causam desqualificação da obra.

Devido principalmente a essas limitações orçamentárias, parte da população adepta da autoconstrução utiliza áreas impróprias e irregulares, como as áreas de encosta, geralmente consideradas locais de risco do ponto de vista geotécnico, o que acaba não só comprometendo a segurança dos seus moradores, mas também gerando alterações no espaço urbano. Para Abiko e Ornstein (2002) permanece, porém, a triste consciência de que, ao mesmo tempo em que se procede uma abordagem teórica, técnica, legal e mesmo social da questão, suas reflexões estão sendo atropeladas por uma vigorosa realidade, onde milhares de habitações "penduradas" em morros estão surgindo, na maior parte das vezes à revelia de qualquer critério técnico, acumulando áreas de risco e permitindo a antevisão de um quadro cada vez mais preocupante para o futuro.

Com o intuito de colaborar com essa população de baixa renda, vítima da deficiência habitacional, que por falta de assistência técnica construtiva recorre para a autoconstrução, foi desenvolvido o projeto de extensão Escritório Habitar, através da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal do Cariri (UFCA), com atuação no desenvolvimento e execução de projetos técnicos de engenharia voltados à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, na região do Cariri cearense.

Também, a prática da extensão universitária constitui uma ferramenta importante na formação dos alunos, pois a partir do processo ensino-aprendizagem coadunadas com o ensino e pesquisa, favorecem o confronto da teoria com o mundo real das necessidades e desejos, que acarretam numa troca de conhecimentos HENNINGTON (2005). Com esse mesmo pensamento, Vidal (2007) afirma que as ações de extensão integram uma dinâmica universitária, que se enreda em fatores como a produção e difusão do conhecimento, promovendo o bem-estar da população.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho possui característica como uma pesquisa descritiva de caráter qualitativo-documental, com análise e apresentação de resultados alcançados pelo projeto de extensão Escritório Habitar, vinculado a PROEX da UFCA.

O programa utiliza-se dos meios de comunicação para atingir seu público-alvo. Através da divulgação, é possível propagar-se a ação do Escritório Habitar com a finalidade de encontrar pessoas que se enquadrem nos requisitos adotados pelo programa para caracterizar a habitação social. São utilizados meios de comunicação locais, como TV's e rádios, além da internet, através do website (<http://escritoriohabitar.ufca.edu.br/>) e das mídias sociais. As famílias devem possuir renda comprovada de até três salários mínimos, os projetos desenvolvidos são residenciais tipo térreo e de, no máximo, 80 m² de área construída, contemplando o projeto arquitetônico, o elétrico, o hidrossanitário, o estrutural e a orçamentação da obra. A forma de cadastro no programa é dada pelo preenchimento do formulário de solicitação, fixado no website do escritório, em conjunto com a documentação exigida para identificação das famílias e comprovação dos requisitos do programa. As famílias escolhidas são intituladas beneficiárias. A seguir, serão descritas, em ordem cronológica, as principais etapas de desenvolvimento da ação.

A primeira etapa consiste na realização de uma visita pela equipe do Escritório Habitar à atual moradia da beneficiária, com caráter avaliativo, sobre aspectos inerentes as condições de habitação e de vulnerabilidade. Após a visita, há a solicitação da documentação para comprovação do perfil socioeconômico em conjunto com os dados obtidos via formulário para posterior análise da documentação.

A segunda etapa consiste na apresentação do portfólio de projetos do Escritório, com três modelos distintos de plantas baixas de até 80 m³ e o levantamento das possibilidades de projetos atreladas às necessidades da beneficiária, afim de identificar particularidades vinculadas às condições financeiras, culturais e físicas dos habitantes, e de viabilidade e segurança da construção. Em caso de reformas, há o levantamento das modificações pretendidas pelos habitantes e das modificações necessárias, atreladas a segurança ou a adequação da construção.

A terceira etapa, consiste no levantamento *in loco* das medidas necessárias para elaboração e desenvolvimento dos projetos e de todas informações pertinentes à construção, como posição geográfica e a presença das redes de energia elétrica, de água e coletora de esgotos. Nesta etapa são feitos registros fotográficos para documentação e para o auxílio ao desenvolvimento dos projetos.

A quarta etapa é composta por todas as ações que culminam na criação dos projetos até sua finalização e engloba reuniões com a equipe tendo a finalidade de discutir soluções e ideias baseadas nos dados levantados, a elaboração dos estudos preliminares, a elaboração dos anteprojetos e a elaboração dos projetos executivos e da orçamentação.

A quinta e última etapa, consiste na entrega de todos os projetos desenvolvidos pelo Escritório, adequadamente impressos e prontos para serem executados, à beneficiária e o acompanhamento pela equipe do Escritório da obra, durante todo processo construtivo.

No início de cada ciclo de vigência do programa existem capacitações dos componentes da equipe do escritório com foco na aprendizagem de métodos e ferramentas para o desenvolvimento das atividades ao longo da vigência do programa. As capacitações possuem o formato de minicursos ou workshops, e são ministradas por parceiros do Escritório, proporcionando o contato dos discentes com profissionais que trabalham cotidianamente com as ferramentas estudadas, e pelos próprios membros do escritório, que possuem algum conhecimento prévio sobre as ferramentas, e compartilham com os demais membros, fomentando o ensino-aprendizagem.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando os últimos dados de déficit habitacional no Brasil, o estado do Ceará apresenta a segunda maior deficiência em habitação da região nordeste, totalizando um montante de 302.623 mil domicílios, sendo 224.740 mil em área urbana e 77.883 em área rural (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015). Esses dados nos indicam a grande demanda para a necessidade de construção de moradias dignas para população de baixa renda cearense.

Com a ineficiência dos programas habitacionais do governo, associado com a falta de acesso a projetos técnicos e acompanhamento da execução construtiva, essa população inserida em vulnerabilidade socioeconômica acaba por optar pela autoconstrução.

O termo autoconstrução, para Jacob (1981), é um processo de construção ou reforma de uma habitação, comércio, ou instituição, onde a pessoa que gerencia é o próprio dono do imóvel, pode ser também entendida como uma resposta básica de satisfazer determinadas necessidades sociais que não foram supridas a contento. Assim, pode-se notar que a população, especialmente aquela com menor poder aquisitivo, ao deparar-se com a necessidade de executar uma construção ou reforma, acaba agindo de forma autônoma, sem a adoção de critérios técnicos que visem o conforto ambiental e a infraestrutura adequada. Esta realidade que está associ-

ada à dificuldade na obtenção de capital suficiente para contratação de profissionais qualificados ou até mesmo à burocracia existente para a realização de empréstimos, resulta no crescimento do número de autoconstrutores no país.

Nesse sentido, surge o Escritório Habitar, enquanto ação de extensão, que tem por objetivo assessorar na viabilização do acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, na Região do Cariri, através de assistência técnica gratuita, nas áreas de arquitetura e engenharia. Para o desenvolvimento de suas atividades, o projeto contou com a participação de discentes do curso de Engenharia Civil da UFCA orientados por docentes da instituição e parceiros, atuando de forma voluntária.

Segue abaixo uma tabela referente a quantidade de beneficiários nos anos de 2017 e 2018.

Tabela 1 – Beneficiários em situação de vulnerabilidade social nos anos de 2017 e 2018

Descrição do público beneficiado	Quantidade de famílias
Famílias em situação de vulnerabilidade social que desejam construir e/ou reformar residências	30

Fonte: autores

Ao todo foram beneficiadas durante o biênio de 2017-2018 trinta (30) famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ao qual foram prestadas assistências necessárias de serviços, desde consultoria para reformas à elaboração de projetos residenciais. O foco principal do Escritório Habitar é levar aos seus beneficiários a oportunidade de construir de forma segura, primando pela qualidade das técnicas e processos executivos. Dessa forma, as famílias atendidas foram subsidiadas por uma orientação técnica na fase de planejamento da construção de suas moradias.

A quantidade de famílias atendidas durante esses dois anos esteve dentro do previsto pelo planejamento do Escritório Habitar, levando em conta algumas limitações apresentadas por esta extensão universitária, já que a ação é voluntária, não envolvendo valores financeiros para custear o projeto.

Uma das metas do Escritório Habitar, mesmo que de forma modesta, é tentar colaborar com a melhoria da problemática de deficiência domiciliar no estado do Ceará que é reflexo do descontrole habitacional brasileiro, apresentando também um crescente déficit de moradia. Em conformidade com a Fundação João Pinheiro (2016), o déficit habitacional do estado do Ceará em 2013 apresentou uma quantidade de 255.250 mil residências, seguido de 283.102 mil no ano de 2014. E ainda, segundo a Fundação João Pinheiro (2015), um valor de 302.623 mil casas no ano de 2015.

Para os discentes bolsistas desse projeto de extensão, os benefícios foram de grande valia, na qual foi possível desenvolver a autoaprendizagem através das capacitações de *softwares* utilizados para a elaboração dos projetos, já que muitos dessas qualificações eram ministradas pelos próprios bolsistas. Santos (2016), menciona que a autoaprendizagem possui algumas características essenciais, como é o caso da organização temática em torno de problemas, a integração interdisciplinar entrelaçando componentes teóricos e práticos e a ênfase no desenvolvimento cognitivo. Também, o aluno vivencia a complexidade de sua atividade profissional, a qual exige abordagem interdisciplinar e sistêmica e conhecimentos técnicos.

Outro ponto importante é o aperfeiçoamento no domínio tecnológico dos softwares utilizados para a elaboração dos projetos técnicos, o que é indispensável para a formação do engenheiro civil. Pereira (1997) apud Filho (2003) menciona que se os engenheiros são os responsáveis por desenvolver e trabalhar tecnologias, nada mais lógico que eles tenham condições de atende-las além e aquém da pura prática.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao crescente déficit de moradia no Brasil, associado com a insuficiente política pública habitacional, a autoconstrução tornou-se consolidada, formando um ciclo que ameaça o desenvolvimento de uma infraestrutura construtiva adequada para o bem-estar dessas famílias. O Escritório Habitar vem desempenhando exatamente uma solução para o fim desse ciclo, ofertando a criação e execução de projetos técnicos para essas famílias de baixa renda que não estão inseridas nas políticas públicas de habitação.

Uma demanda de beneficiários acima da expectativa do projeto de extensão nos mostra que a autoconstrução ocorre principalmente pela falta de suporte técnicos construtivos, sendo possível reverter essa problemática com a melhoria e expansão de políticas públicas, e inclusive, uma ampliação dos projetos de extensão voltados para projetos técnicos construtivos. Essas atividades extensivas possuem uma fácil implantação e poderiam ser expandidas pelo Brasil, estendendo o número de beneficiário em quantidades significativas no combate ao déficit habitacional e autoconstrução.

A falta de trabalhos publicados nesse ramo é outro problema que poderia ser solucionado com o aumento de projetos de extensão nesse ramo, podendo ser elaborado e disseminado novas técnicas eficazes para beneficiar ainda mais essas famílias em vulnerabilidade socioeconômica com o máximo de segurança, conforto, economia e sustentabilidade.

Também, esse projeto de extensão contribuiu ainda para o enriquecimento acadêmico dos estudantes e colaboradores que atuaram na ação. Aos envolvidos foram possibilitados o desenvolvimento da capacidade crítica e o maior aprimoramento em atividades específicas, durante os processos de análise e solução das problemáticas levantadas. A vivência do dia-a-dia da futura profissão e a experiência obtida por meio do diálogo e atendimento a famílias vulneráveis socioeconomicamente, propiciaram uma gama de conhecimentos que vão além da sala de aula, demonstrando uma perspectiva mais humana e altruísta da profissão, tornando-os mais participativos nas questões sociais.

Este modelo de ação extensionista também propicia a ambiência necessária para desenvolver pesquisas, análises e testes na área de utilização de novos materiais de construção, tecnologias alternativas, soluções técnicas voltadas para a economia como também para a sustentabilidade, contribuindo com a população e com o meio ambiente. Dessa forma, cabe a Universidade criar oportunidades que venham propiciar a formação de profissionais cidadãos, utilizando o seu espaço gerador de conhecimento para contribuir com o amplo acesso ao mesmo, bem como gerar melhorias sociais e combater a desigualdades.

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex Kenya; ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Inserção Urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social**. Vol.1, São Paulo: Coletânea Habitare, 2002.

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. **Assegura às famílias de baixa renda assistência pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm. Acesso em: 10 nov. 2018.

FILHO, A. B.G; PEREIRA, T. R. D. S. A formação profissional de engenharia frente às inovações tecnológicas computacionais. In: XXXI COBENGE, Rio de Janeiro, 2003. **Anais**. Rio de Janeiro, 2003.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Diretoria de estatística e informações. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/estatistica-e-informacoes/797-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015/file>. Acesso em: 12 nov. 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Centro de estatística e informações. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634-deficit-habitacional-06-09-2016/file>. Acesso em: 12 nov. 2018.

HENNINGTON, E. A. Acolhimento como prática interdisciplinar num programa de extensão universitária. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.21, n.1, p. 256-265, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**, 2013. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

JACOB, Gorender. **A Burguesia Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. R. A questão habitacional no Brasil. **Revista Mercator**, Fortaleza, v.16, e. 16015, p. 1-13, 2017.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. 1966. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SANTOS, E. F. Benefícios e desafios da aprendizagem baseada em problemas: uma revisão. In: III CONEDU – Congresso Nacional de Educação, Rio Grande do Norte, 2016. **Anais**. Natal: 2016.

VIDAL, C. L. *et al.* O programa EDUCIMAT: Ensaio e reflexões sobre a extensão universitária. **Revista de Educação em Ciência e Matemática**, Belém, v.3, n.5 – jul.2006/dez. 2006, v.3 – n.6 – jan 2007/jun.2007, p.43-49.

VIDAL, Fernando Edmundo Chermont. **A autoconstrução e o mutirão assistidos como alternativas para a produção de habitações de interesse social**. 2008. 165f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

“ESCRITÓRIO HABITAR”: TECHNICAL PROJECTS DEVELOPMENT FOR HOUSING OF SOCIAL INTEREST THROUGH UNIVERSITY EXTENSION

Abstract: *This article deals with the “Escritório Habitar” extension program, linked to “Pró-Reitoria de Extensão” (PROEX) of the “Universidade Federal do Cariri” (UFCA), which works in the development and execution of technical engineering projects for the population in conditions of socioeconomic vulnerability in the region of “cariri cearense”. The purpose is to collaborate with access to housing for these families who are victims of the housing deficit, who would possibly opt for the self-construction of their residences. The housing deficit in Brazil has been increasing in recent years with alarming numbers, which contributes to the emergence and aggravation of self-constructions, which are empirical instruments created by the population itself in the desire to informally acquire the construction of their dwellings, being this constructive practice a dangerous mechanism, since the execution of the residences are not carried out according to the technical norms and without planning and accompaniment of qualified professionals of the civil construction. The procedures adopted were subsidized by methods of descriptive and qualitative-documentary nature. It can be seen that the “Escritório Habitar” has given its beneficiaries the opportunity to construct in a safe and economic way, subsidizing the families assisted by means of a technical orientation in the planning phase of the construction of their dwellings, prioritizing the well-being of these families. In addition, it has contributed to the academic enrichment of the students who act in the action, through the self-learning and greater mastery of the software used in constructive projects, collaborating with the development of daily experience of the future profession.*

Key-words: *university extension; housing; self-construction; self-learning.*